

I CONPES – CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

“Desafios globais do trabalho com mediação solidária”

ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA QUAL DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL?

Autor Principal:

Alnary Nunes Rocha Filho – IESol/UEPG – alnaryrocha@gmail.com

Coautor:

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – IESol/UEPG - llagc2@yahoo.com.br

GT 7 – Inserção de pessoas em desvantagem social no trabalho por meio da economia solidária

Resumo

Pretende-se discutir as possibilidades de integração da Economia Solidária-Ecosol, em projetos de desenvolvimento local e regional recorrendo aos pressupostos teóricos, conceituais e metodológicos da concepção de desenvolvimento territorial. Primeiro, pretende-se caracterizar a Ecosol como proposta holística de organização coletiva de trabalhadores em busca de uma alternativa de inserção social que supere os processos de exploração e subordinação da força de trabalho do sistema capitalista, principalmente no que se refere às opções que se colocam para os trabalhadores não tão bem qualificados às exigências da grande economia. Em segundo lugar, busca-se examinar os elementos definidores da concepção de desenvolvimento territorial que justificam a incorporação da Ecosol como alternativa adaptada e com condições de enriquecer a concepção como proposta de desenvolvimento local e regional. Desse modo, contribuir na qualificação de projetos que são fundamentados no desenvolvimento territorial, mas que também possam incorporar os princípios fundamentais da economia solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária; Desenvolvimento Territorial; Inserção Social.

Introdução

Esse ensaio pretende analisar a economia solidária destacando a sua característica holística, tanto presentes em seus princípios, como nas organizações coletivas que promove, pretende também verificar os pontos onde os conceitos de desenvolvimento e território se aproximam dos seus princípios. Princípios esses que colocam a economia solidária como uma proposta efetiva de desenvolvimento territorial.

Na primeira parte do texto, mostramos a economia solidária e suas características de totalidade, mostrando sua capacidade de organizar as pessoas em coletivos produtivos e também sua preocupação de tratar de todas as dimensões do ser-humano.

Na segunda parte do texto, nos ocupamos de fazer uma análise dos conceitos de desenvolvimento e território através de alguns autores críticos dos modelos de projetos de desenvolvimento territorial, já utilizados e cujos quais, no lugar de levar desenvolvimento ajudaram a reforçar exatamente o contrário, pois os modelos criticados são aqueles que refletem a dominação e a hegemonia da dinâmica global capitalista, que não leva em consideração os fatores endógenos, as características peculiares, a proteção ao meio ambiente e principalmente não coloca o ser-humano na centralidade das ações.

Também é importante contextualizar a questão da ocupação e do emprego no Brasil, tendo em vista que esses indicadores são dois dos mais relevantes quando das atuais concepções de políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Apesar do País ter apresentado taxas de desemprego abaixo de 7% durante a maior parte do ano de 2014, no primeiro trimestre de 2015 chegou a 7,9%, e em Abril desse mesmo ano chegou a uma taxa de 6,4%, considerada a maior para o mês desde 2011. (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>)

Esses números, embora coloquem o País na quinta colocação na lista de países comparados por índices de desemprego, são apenas indicadores verificados pela quantidade de pessoas que estão a procura de emprego, não conseguem traduzir a realidade brasileira quando se trata da desigualdade e exclusão social, provocadas pela baixa qualificação profissional, e outras condições inerentes a essa realidade. A ideologia neoliberal implantada no Brasil e no mundo, refletida nas políticas de livre-mercado, nas privatizações e na interferência do Estado como agente regulador da economia tem

mudado muito o paradigma político-econômico vigente. O processo de globalização, incrementado a partir da década de 1990 pelo ideário neoliberal e pelos grandes avanços tecnológicos ocorridos neste período, integrou mercados distantes.

Atualmente, os preços dos produtos não são mais ditados regionalmente, mas sim pelos mercados globais. Isso reforçou a já acirrada concorrência entre indivíduos, empresas e estados. A busca pela redução nos custos da produção teve como uma de suas consequências a dispensa de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras dos seus postos de trabalho e os jovens, muitas vezes, nem chegam a conseguir uma vaga.

Nesse contexto, uma vez mais a economia solidária surge como proposta alternativa para a ocupação, geração de renda e ao mesmo tempo se coloca como possibilidade de desenvolvimento territorial, trazendo consigo seus princípios e práticas que segundo alguns autores, pode revolucionar a forma como as pessoas se relacionam.

A economia solidária tem suas origens no contexto inicial do capitalismo industrial na Inglaterra, como reação natural ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela utilização generalizada das máquinas e da organização fabril da produção. Também se fundamenta em princípios do socialismo utópico do século XIX.

No passar das décadas do século XX, esteve presente nos ideais do associativismo e do cooperativismo, sempre que o capitalismo e suas crises cíclicas e constantes, forçava mudanças nas conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras. Amortecida nos tempos de estabilidade trabalhista, e lembrada nos tempos de arroxco salarial, desemprego e exclusão social.

Um dos princípios fundamentais da economia solidária é a organização de trabalhadores e trabalhadoras em entidades coletivas, grupos informais, associações e cooperativas, chamados de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Essas organizações funcionam sob a forma da autogestão, praticando a democracia direta, com a participação total dos (as) associados (as), que em primeiro lugar são donos dos meios sociais e estruturais de produção e, em segundo lugar, decidem juntos, onde, como e o que produzir.

Paul Singer, um dos autores seminais do tema da economia solidária no Brasil, afirma que ela é o “socialismo do século XXI”, pois seus princípios e suas práticas podem revolucionar as relações sociais, não apenas as de trabalho e de produção, mas de todo um

conjunto de práticas e interações que extrapolam o agir econômico, embora tudo se inicie pelo trabalho, produção e consumo.

No entanto, o que se pretende enfatizar neste ensaio teórico é a contribuição que a economia solidária pode dar a concepção de desenvolvimento territorial quando se pretende aplicá-la ao desenvolvimento local e regional. Acredita-se que esta contribuição passa pelo caráter holístico que a economia solidária contém por ter um caráter fortemente inter, multi e transdisciplinar. Portanto, o caráter holístico da economia solidária é conter todas as dimensões que se relacionam ao humano, como a cultural, a política e a econômica. Não há como pensar a economia solidária a partir apenas da produção, sem deixar de olhar a contextualidade e a territorialidade que a envolve.

A economia solidária como totalidade

RAZETO (1997) conceitua economia solidária como um processo de uma racionalidade econômica, que compartilham alguns traços essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, nasce de uma atitude crítica frente ao capitalismo e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia.

GAIGER (2000) afirma que a economia solidária contém um grande potencial de transformação social, seja pelas experiências alternativas que demonstra, seja por estar constituindo uma base material e sustentar um processo de mudança estrutural. Daí se salienta a dimensão educativa das experiências de solidariedade econômica dando um novo sentido ao trabalho, a produção e a própria vida.

E SINGER (1998) esclarece que a construção da economia solidária, é vista como estratégia. Aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.

Esses princípios, fundados na lógica da socialização dos bens e do trabalho, colocam em evidência a negação para com os paradigmas do desenvolvimento que não leva em consideração o cuidado com o meio ambiente e a harmonia com a natureza, o ser-

humano como centralidade, e trás a possibilidade de outros que privilegiam a vida, a organização coletiva, e a participação. É característica marcante da economia solidária a autogestão e a cooperação comunitária.

O sentimento de cooperação e reciprocidade é fortalecido pelo trabalho em comunidade, que por sua vez valoriza o espaço local, e tem o potencial de trazer mais dignidade as famílias e as comunidades. No entanto, não é sem esforço e sem dificuldades que essa transformação pode acontecer. A solidariedade encontra uma barreira nas práticas capitalistas replicadas por gerações, que se traduzem na competição e na concorrência individual, que quando quebradas fazem emergir a capacidade de organização coletiva.

A formação educacional e a qualificação profissional tem uma grande importância para a construção de projetos de desenvolvimento na perspectiva da economia solidária, o capital social presente ou a ser incentivado nas comunidades é fundamental, e para isso é preciso mais do que apenas projetar ações para criar postos de trabalho e renda, é preciso levar em consideração o todo.

A prática e a efetividade da autogestão reflete o nível de capital social que um determinado grupo de trabalhadores e trabalhadoras detém. E o maior desafio é vencer o desinteresse das pessoas na participação, pois essa depende de um esforço adicional na prática da democracia direta, tendo em vista que as práticas capitalistas de competição, e de sempre haver um chefe na tomada de decisões, inibe e constrange as pessoas. É preciso praticar a democracia direta para libertar a força produtiva coletiva.

O importante é considerar que todas essas características da economia solidária relacionam-se a diferentes dimensões humanas. Os seus princípios, invariavelmente são relacionados à convivência entre seres humanos, portanto se relacionam a sociabilidade e as possibilidades de convivência social que envolve cidadãos, quando se busca abordar essa questão num contexto contemporâneo. Porquanto, autogestão, cooperação, solidariedade e participação são princípios que se aplicam naturalmente a relações coletivas, mas são de difícil aplicação quando as relações sociais são dominadas pelo individualismo. Não que esses princípios sempre estão presentes em relações coletivas de forma harmoniosa, mas é quase impossível que essas relações sejam satisfatórias sem o exercício cotidiano daqueles princípios.

Os seres humanos que, em sua maioria, hoje, ganham concretude como cidadãos, em grupos, comunidades, associações, cooperativas ou sociedades amplas, ao se relacionarem fazem economia, política e constroem cultura. Portanto, fazer economia solidária, que não existem sem a priorização das relações coletivas, é não perder de vista o fundamento holístico da vida, que não se pode entender sem pensar em todas as dimensões que formam a totalidade que envolve o viver e o devir.

Desenvolvimento territorial e economia solidária

Para se analisar quais são os elementos que definem a concepção de desenvolvimento territorial, faz-se necessário discutir dois conceitos multidimensionais desenvolvimento e território..

O termo desenvolvimento denota uma grande quantidade de questionamentos e significados. Por ser complexo, o termo gera polêmicas, e fica difícil precisar um real significado, portanto “esse exagero de significados acabou por dissolver a precisão de seu significado.” (ESTEVA, 2000, p.63)

Por estar no imaginário popular que desenvolvimento denota uma ideia de melhoria ou progresso, o termo tem imposto uma imagem positiva e quase sem nenhuma oposição. Por conta disso, tornou-se instrumento ideológico poderoso, para a consecução dos objetivos de dominação e poder dos países desenvolvidos. (MONTENEGRO GOMEZ, 2006)

Na verdade, a maior parte das políticas públicas para o desenvolvimento, não o tornaram possível, ao contrário, em muitos casos trouxeram o aumento da pobreza a destruição do meio ambiente, reforçando a dominação e mesmo que indiretamente, impuseram padrões culturais e de consumo, refletindo a dinâmica global capitalista.

Um conceito de desenvolvimento que tem sido fortemente utilizado é o de desenvolvimento sustentável. Em certa medida, isso se deve ao fato de que o termo reconhece, ao menos no discurso, que o crescimento econômico deve ser colocado em bases “sustentáveis”, tanto para países desenvolvidos como para os subdesenvolvidos. Além disso, corrobora com o ideário de imagem positiva e, portanto, universalmente aceito.

BUARQUE (2008) afirma que para se atingir a sustentabilidade é necessário promover mudanças profundas na essência do modelo de desenvolvimento, principalmente no padrão tecnológico, na estrutura de renda e no padrão de consumo dominante da sociedade. (BUARQUE, 2008, p. 69) O fato é que o desenvolvimento sustentável teve poucos avanços e apenas no que se refere as questões ambientais. As demais dimensões, a social, a política, a econômica e a cultural, permaneceram no nível de retórica. (HESPANHOL, 2007)

Amartya Sen propõe uma concepção de desenvolvimento que supera a proposta de crescimento econômico como premissa, mesmo com bases “sustentáveis”. Para ele é necessário garantir a liberdade do ser-humano. Ou seja, sugere uma concepção holística, que contemple todas as dimensões, como serviços de saúde, educação, direitos civis, democracia, liberdade, etc. que devem ser universais, e que para isso, é preciso que se remova toda privação social, a pobreza, a intolerância, a repressão.

Assim como a liberdade é premissa para as propostas de Sen, também o é para a economia solidária. Nesse sentido, podemos verificar que existem aproximações da economia solidária com as ideias de incorporar todas as dimensões das relações humanas, visando transformar hábitos, revolucionar as formas de produção e de organização do trabalho, que podem levar a uma nova concepção de civilização. Essas aproximações são fundamentais para a concepção de projetos de desenvolvimento territorial.

SOUZA (1993) conceitua território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Além disso, afirma que, nas abordagens mais tradicionais, a ideia de território evocava o “território nacional” que, por sua vez, leva a ideia de Estado e, portanto, de exercício de poder, de dominação. Segundo esse autor, o território não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala.

Ao se fazer referência às escalas, deve-se destacar as escalas temporais nas quais se estabelecem os territórios, que podem durar séculos, décadas, anos, meses ou dias. Territórios podem ter um caráter permanente ou de curta duração. Isso ocorre devido ao tipo de poder exercido no território, quem domina e quem influencia quem, e como, dentro do recorte.

A definição de uma concepção de desenvolvimento territorial, passa pela compreensão de como se define um território. Para isso é preciso investigar as relações

entre pessoas e a interação dessas com a área que ocupam, através do trabalho, modificando e retrabalhando o espaço social. São ações que vão além da simples transformação do que se chama de espaço econômico.

Assim, esse espaço social, o território, ao ser valorizado pelo trabalho e outras relações, passa a estar territorializado pelo grupo social que nele exerce suas atividades cotidianas (SOUZA, 1993).

Dessa maneira, pode-se perceber que todo território é um espaço social, mas nem todo espaço social é um território, porque esse depende, para existir, da interferência das pessoas. Sendo assim, nenhuma concepção de desenvolvimento territorial, que tenha a pretensão de ser efetiva, pode deixar de considerar as pessoas que, com suas atividades, relações, interações, delimitam o seu território. Portanto,

Expandir conceitualmente a ideia de território e libertá-la de seu ranço ideológico e conservador é, com efeito, uma tarefa que...encontra em uma releitura da problemática do “desenvolvimento” uma aplicação das mais meritórias. Uma concepção bastante alternativa de desenvolvimento, onde a questão de uma **territorialidade autônoma** assume uma importância capital. (SOUZA, 1993)

HAESBAERT (2006) enfatiza a necessidade de uma visão integrada e integradora do território a partir da concepção do espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço. Assim, fica evidente que é necessário ter uma compreensão do território, como uma totalidade, que não se completa apenas com a soma das suas partes, mas sim no seu todo complexo e indissociável, novamente insistindo, com uma visão holística. O território integrado, definido por Haesbaert é, sem dúvida, um dos elementos fundamentais que permite dar rigor conceitual a concepção de desenvolvimento territorial, mas, mais ainda, de permitir compreender que a perspectiva holística está presente tanto no conceito de território integrado, como de desenvolvimento territorial.

Por esse caminho conceitual é possível, então, uma aproximação com os princípios da economia solidária, pois se o território integrado não é visto apenas como um espaço que é delimitado por relações de poder, e que deve ser compreendido na sua totalidade, integrando também as dimensões econômicas e culturais, a economia solidária pode ser o

grande catalizador para a concepção de políticas públicas de desenvolvimento territorial, pois se baseia na organização das pessoas em coletivos.

Considerações Finais

A economia solidária é realizada através dos milhares de EESs e de diversas redes solidárias estabelecidas no Brasil, tem sido o meio pelo qual mais de um milhão de pessoas tem garantido uma considerável melhora na sua qualidade de vida, tem-se caracterizado como alternativa viável de organização coletiva, ela se coloca com propriedade como movimento social de alta relevância, assim como tem suscitado milhares de pesquisas acadêmicas que vem demonstrando a sua importância. Suas práticas, tem confrontado fortemente as crises do capitalismo que afetam a vida econômica e social das pessoas, reforçando sua característica de alternativa de enfrentamento a hegemonia das práticas capitalistas.

Mesmo com esses indicadores, o governo federal não tem aproveitado as suas ideias. Atualmente a economia solidária figura no rol das ações públicas ligadas principalmente aos programas de combate a fome e extinção da pobreza extrema, está pulverizada em ações transversais de diversas secretarias e ministérios, porém, não tem incorporado de maneira efetiva os projetos mais amplos e específicos de desenvolvimento territorial.

As relações possíveis entre desenvolvimento territorial e a economia solidária começaram a ser abordadas de forma mais rigorosa e detalhada nos últimos anos. Não é estranha às possibilidades de integração as revisões conceituais que envolveram tanto o território quanto o desenvolvimento. As revisões foram antecedidas pelas críticas que se registraram nas ultimas décadas a uma visão puramente política do território, como também ao caráter eurocêntrico do desenvolvimento.

O que se propôs no texto é que a integração pode ser buscada resgatando uma perspectiva que propõe uma mudança paradigmática de abordar o conhecimento científico que é a proposta holística. Na proposta que foi exposta, o caráter holístico, por sua vez, resgata uma categoria bastante importante no marxismo, que é a ideia de totalidade. Em grande parte, portanto, pensar a totalidade e o holismo é reunir o que a ciência burguesa

separou em especialidades enfraquecendo as possibilidades de compreender o humano. A concepção de desenvolvimento territorial e a economia solidária não deixam de também buscarem uma percepção da realidade a partir de uma perspectiva de reunião de todas as dimensões que regem o humano.

Bibliografia

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Metodologia de Planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (editor). *Diário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GAIGER, L. **Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade**. In: MARAFON, Gláucio José, RUA, João, RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

SOUZA, M. L. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: ELIAS DE CASTRO, Iná, DA COSTA GOMES, Paulo Cesar, LOBATO CORRÊA, Roberto. (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MONTENEGRO GOMEZ, J. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2006.

RAZETTO, L. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1997.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.